

# COTAS RACIAIS NA USP, UM DEBATE ATROPELADO E “OPERAÇÃO ABAFA”

Kabengele Munanga

Professor Titular do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP

*“Não sei que forças ocultas ajudaram a arrefecer o debate iniciado em 1995, pois o reitor Jacques Marcovitch, com plena consciência e grande sensibilidade quanto à questão “racial” no Brasil, não se empenhou o suficiente. Seu sucessor não quis tocar no assunto. Alguns vêem na política de cotas a possibilidade de uma fratura da sociedade. Outros confessam que têm medo, mas medo de que? De errar ou de acertar? Uma sociedade que quer mudar não deve ter medo de conflitos, pois não há mudança possível sem erros e sem conflitos”*

**T**udo começou em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, quando o professor Flávio Fava de Moraes, então reitor, nomeou através de uma portaria interna uma Comissão de Políticas Públicas encarregada de pensar e organizar um programa de atividades e ações comemorativas desse evento. Essa comissão, presidida pelo professor Jacques Marcovitch, então pró-reitor de Cultura e Extensão, foi composta dos professores Antônio Junqueira de Azevedo e João Baptista Borges Pereira (coordenadores), então diretores da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Edson dos Santos, da Escola de Engenharia da USP São Carlos, Ma-

ria Dora Genis Mourão, da ECA, Roseli Fischmann, da Faculdade de Educação, Ronilda Ribeiro, do Instituto de Psicologia, Zilda Márcia Gricoli Iokoi e Kabengele Munanga, da FFLCH. A Comissão contava também com a participação de convidados de fora da USP, dentre eles os professores Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Universidade Federal de São Carlos, Henrique Cunha Jr., da Universidade Federal do Ceará, Helio Santos, da PUC de Campinas, Antonio Carlos Arruda da Silva, presidente do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo e Luiz Carlos dos Santos, representante do Núcleo da Consciência Negra da USP.

Em que consistiu o trabalho da Comissão? Organizada em grupos de trabalho temáticos que contaram com a colaboração de ou-

tros especialistas convidados, a comissão se deu como tarefa principal fazer um levantamento para o diagnóstico dos indicadores da exclusão social que afeta os cidadãos de ascendência africana no Brasil e formular recomendações para a busca de políticas públicas de superação, no âmbito da USP e da sociedade em geral, visando à melhoria nos setores da vida nacional em que se destaca a exclusão, como: educação, mercado de trabalho, saúde, mídia, questão da mulher negra, comunidades quilombolas, pesquisas sobre o negro, representação do negro na política, violência contra negros, entre outros. Esse levantamento-diagnóstico foi realizado no decorrer de todo o ano de 1995, acompanhado por reuniões mensais regulares durante as quais foram analisados e discutidos os resulta-

dos de cada grupo temático, sob a vigilância e serena coordenação do professor Jacques Marcovitch, assistido pelos professores João Baptista Borges Pereira e Antônio Junqueira de Azevedo. As diversas conclusões dos grupos temáticos foram reunidas num relatório final cuidadosamente elaborado pelo professor Marcovitch. Intitulado “Documento: uma jornada pela justiça”, gentilmente me foi cedido por ele para fazer parte do corpo do livro *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*, por mim organizado (Edusp, 1996).

Paralelamente a esse esforço, foram realizados no âmbito dessa lembrança alguns cursos de difusão e extensão e seminários, com a finalidade de conscientizar a sociedade sobre a situação do afrodescendente e não apenas uma simples lembrança da luta e da morte de Zumbi, que por ato do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi decretado Herói Negro dos brasileiros. Entre esses, o curso “Raça e Diversidade”, ministrado pelo Departamento de Antropologia da FFLCH sob a coordenação dos professores Lilia Moritz Schwarcz e Renato da Silva Queiroz, cujos textos resultaram na publicação de um livro com o mesmo nome, organizado por ambos (*Raça e Diversidade*, Edusp, 1996) e um seminário internacional por mim organizado e coordenado intitulado “Políticas e Estratégias de Combate à Discriminação Racial”, que também resultou na publicação de um livro com o mesmo nome (Edusp, 1996).



Sergio Bastos

Enquanto tudo isso estava sendo feito, os membros do Núcleo da Consciência Negra da USP (composto por estudantes) começaram a reivindicar a implementação em nossa universidade de uma política de ação afirmativa para ingresso através das cotas ra-

ciais. Manifestações realizadas em frente ao prédio da Reitoria, materializadas pela queima de pneus, pichações e palavras de ordem tais como “cotas” e “indenização já”, constituíam os meios de pressão para que a Reitoria iniciasse um processo de debate sobre cotas

no âmbito da USP. Diante dessa pressão, alguns membros da Comissão pensaram que já estava na hora de iniciar essa discussão no âmbito de suas prerrogativas puramente consultivas. Pessoalmente, cheguei até a sugerir que se fizesse um estudo preliminar para tal debate, a partir de um estudo histórico embasado na experiência das cotas nos países que as implementaram, como Índia e Estados Unidos, considerando o balanço crítico feito nesses países tanto pelos defensores como pelos detratores dessa política. Esse estudo ajudaria, pensava eu, para não correr-se o risco de cometer certos erros, mesmo consciente de que na história da humanidade nenhum povo inventou sozinho a totalidade de suas soluções e que o Brasil poderia muito bem inspirar-se nas práticas que tiveram êxito em outros países, se essas fossem bem interpretadas e readaptadas a suas realidades antes de apropriar-se delas. Infelizmente, minha sugestão ficou apenas registrada na ata da memória da reunião.

O professor Jacques Marcovitch, uma vez eleito e nomeado reitor da USP pelo governador do Estado, quis recuperar esse trabalho do qual participou intensamente, ao nomear uma Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra no âmbito da Reitoria da USP, embora as prerrogativas dessa comissão fossem apenas consultivas. Presidida pelo professor João Baptista Borges Pereira, a comissão compreendia, além do seu coordena-

***“Defendemos uma política capaz de cruzar ações universalistas com ações afirmativas focadas. O que se busca pela política de cotas para negros e indígenas não é ter direito às migalhas, mas sim acesso ao topo em todos os setores de comando na vida nacional”***

dor, os professores José Martins de Souza, o saudoso Teófilo de Queiroz Jr., Edson Moreira e Kabengele Munanga.

Do meu ponto de vista, as mínimas condições estavam reunidas para que a USP iniciasse um debate sério sobre as políticas de ação afirmativa com corte racial. A própria comissão já estava preparando o terreno, apesar da falta de consenso entre seus membros, pois um pensava que discutir cotas não é função da universidade. Não sei que forças ocultas ajudaram a arrefecer o debate, pois o professor Marcovitch, com plena consciência e grande sensibilidade quanto à questão “racial” no Brasil, não se empenhou o suficiente para que tal debate acontecesse. Seu sucessor, o professor Adolpho José Melfi, manifestamente não quis tocar no assunto até o fim do seu mandato. No entanto, reconduziu a Comissão, que foi ampliada com os nomes dos professores José Reginal-

do Prandi, Lilia Moritz Schwarcz e Antônio Sergio Guimarães. A única novidade foi o censo étnico dos estudantes na USP, que foi realizado pelos professores Antônio Sergio Guimarães e Reginaldo Prandi (do Departamento de Sociologia da FFLCH).

O resultado desse censo só confirmou o que já se sabia, ou seja, a subrepresentação do segmento afrodescendente na população estudantil da USP, que é de apenas 8,3% do total, percentagem inferior às das universidades públicas do sul do Brasil, onde demograficamente o negro é menos representado que no Estado de São Paulo, com 27% da população total. A mim me parece que o debate sobre cotas na USP foi arrefecido por forças políticas que não dependem apenas dos reitores, mas também do Conselho Universitário, dos diretores das faculdades, das congregações e departamentos onde se esfaca o poder político da USP. Iniciativas oriundas desses órgãos teriam certamente estimulado um verdadeiro debate sobre cotas. Desconheço debates nesse sentido, a não ser opiniões isoladas e fabulações dos que pensam que as cotas racializariam o Brasil, um país por definição mestiço!

Surpreendentemente, em 2006, na administração da reitora Suely Vilela, surgiu a proposta de uma comissão cujos trabalhos desemboçaram no projeto de Inclusão Social da USP (Inclusp). Novamente a USP, que foi o maior “cérebro” da Escola Paulista de sociologia, que desmistificou a idéia de de-

mocracia racial brasileira através das pesquisas lideradas pelo eminente sociólogo Florestan Fernandes, com a participação dos também grandes estudiosos Octávio Ianni, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso e João Baptista Borges Pereira, evitou enfrentar publicamente o debate sobre cotas raciais. De novo a operação abafa e atropelamento! Porém, diante das pressões do movimento negro e dos exemplos das universidades públicas de peso como a UnB, a UFBA, a Unifesp, as universidades federais do Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), entre outras, precisou-se mostrar para a sociedade que a USP também entrou na política de ação afirmativa. Mas como?

A grande inovação do Inclusp está num sistema de pontuação acrescida para alunos de rede pública, com um bônus de 3% na nota final do vestibular. De acordo com as simulações feitas com base nos dados da Fuvest de 2006, estima-se que o número de ingressantes oriundos da escola pública poderia passar de 23,6% para 30%. Em quanto tempo? São apenas projeções a serem comprovadas. Dizia-se no documento preparatório que a USP “buscará trabalhar a diversidade, reconhecendo a heterogeneidade das condições dos candidatos/alunos, procurando elevar o nível da formação, de modo a não reproduzir a desigualdade presente no ingresso”. De que igualdade se trata, pois o documento evita sistematicamente tocar nas desigualdades raciais acumuladas pela população afrodescendente,

***“Pessoalmente, não acredito que o projeto Inclusp vá tirar os negros da situação de quase invisibilidade em que se encontram nos cursos da USP. Na minha experiência de trinta anos como professor na FFLCH, nunca tive mais de cinco alunos negros numa turma de mais de 100”***

desigualdades essas engendradas pelo racismo à brasileira?

Baseando-se somente nas diferenças econômicas, a proposta do Inclusp deixou de contemplar as flagrantes desigualdades em matéria de educação entre populações brancas e negras, praticamente desqualificando os resultados das pesquisas quantitativas do IBGE e do IPEA, que mostram que nos últimos 120 anos o abismo em matéria de educação entre os dois segmentos étnicos não recuou, apesar da melhoria geral registrada. Daí a defesa de uma política de ação afirmativa focada diante de uma política universalista ineficiente. Ou seja, o que defendemos é a implementação de uma política capaz de cruzar ações universalistas com ações afirmativas focadas. O campo da educação não nos deixa com dúvidas sobre a urgência de uma política focada.

O que se busca pela política de cotas para negros e indígenas não é ter-se direito às migalhas, mas sim ter acesso ao topo em todos os setores da responsabilidade e de comando na vida nacional onde esses dois segmentos não são devidamente representados como manda a verdadeira democracia. A educação e formação profissional, técnica, universitária e intelectual de boa qualidade representa a única chave e a garantia de competitividade entre todos os brasileiros. Neste sentido, a política de cotas busca a inclusão daqueles brasileiros que, por razões históricas e estruturais que têm a ver com nosso racismo à brasileira, encontram barreiras que somente a educação e formação superiores podem em parte remover. Infelizmente, alguns invertem a lógica da proposta e vêm na política de cotas a possibilidade de uma fratura da sociedade. Outros confessam que têm medo, mas medo de que? De errar ou de acertar? Uma sociedade que quer mudar não deve ter medo de conflitos, pois não há mudança possível sem erros e sem conflitos, penso eu.

Alguns obstáculos propositalmente colocados sobre as chances de sucesso das políticas de cotas se fizeram entender desde o início do processo em 2002. Felizmente, no decorrer do tempo e do processo, foram eliminados um a um pela própria prática e experiência das cotas nas universidades que as adotaram. Dizia-se no início que era difícil definir quem é negro ou afrodescendente por causa da intensa miscigenação ou mestiça-



Sergio Bastos



gem ocorrida no país desde o seu descobrimento. Falsa dificuldade, porque a própria existência da discriminação racial antinegro é prova de que não é impossível identificá-lo. Existem evidentemente casos limite, que mereceriam uma atenção desdobrada para não se

cometer erros humanos, casos esses que dependem em parte da autoidentificação dos candidatos, com direito ao recurso. Na verdade, não houve dúvidas sobre a identidade da maioria dos estudantes que ingressaram na universidade através das cotas.

Disseram também que a política das cotas violaria o princípio do mérito baseado no darwinismo social, segundo o qual na luta pela vida os melhores devem ganhar. Pois bem, os melhores são aqueles que possuem armas mais eficazes, que em nosso caso seriam alunos oriundos dos colégios particulares mais bem abastecidos. Os outros, que socialmente não nasceram com essas possibilidades, que se conformem! Finalmente, alegou-se que a política das cotas iria prejudicar o princípio de excelência muito caro para as grandes universidades. Mas, felizmente, também as avaliações feitas sobre o desempenho dos alunos cotistas, na maioria das universidades que aderiram ao sistema, não comprovou a catástrofe. Surpreendentemente, para os contrários ao sistema, os resultados do rendimento acadêmico desses alunos foram iguais e até mesmo superiores. Nem tampouco baixou o nível de excelência dessas universidades.

Pessoalmente, não acredito que o projeto Inclusp vai tirar os negros da situação de quase invisibilidade em que se encontram nos cursos da USP. Na minha experiência de trinta anos como professor na FFLCH, nunca tive mais de cinco alunos negros numa turma de mais de 100 alunos. Desafiaria qualquer colega a provar o contrário. Não sei como seria a situação nas áreas biológicas, médicas, ciências exatas, etc., mas não creio que seja melhor que na área das humanidades, “reputadas” como as mais acessíveis.